

## **CURRÍCULO COMO ENUNCIÇÃO: DISCURSO E PRODUÇÃO CURRICULAR<sup>1</sup>**

Débora Raquel Alves Barreiros (UERJ)<sup>2</sup>  
Rita de Cássia Prazeres Frangella (UERJ)<sup>3</sup>

O dialógico enfatiza os termos variáveis do antagonismo, a interseção de diferentes valências no terreno discursivo, em vez das bifurcações da dialética. O diálogo expõe rigorosamente a falta de garantia de uma lógica ou lei para o jogo da significação, os posicionamentos infinitamente variáveis dos locais de enunciação, em contraste com as posições dadas do antagonismo de classe concebidas de forma clássica. A noção de articulação/desarticulação interrompe o maniqueísmo ou a rigidez binária da lógica da luta de classe, em sua concepção clássica, como figura arquetípica da transformação (Hall, 2003 p. 235).

A questão da dimensão discursiva tem sido ressaltada nas análises contemporâneas no campo das Ciências Humanas e Sociais, principalmente nos estudos estruturalistas e pós-estruturalistas, que dentre as elaborações e defesas que fazem, dão ênfase ao papel da linguagem. Nessa dimensão, o lócus passa ser o da enunciação – ser de, vir de e estar em –, o que possibilita pensar a cultura como entre-lugar de vozes silenciadas, discriminadas e estereotipadas em diálogo com os demais sujeitos presentes nos espaços de poder; mas um poder que não é mais definido como única via de força, mas como lugar de negociação e de ambivalência das diferentes formas que não criamos para aprender a lidar com ele (BHABHA, 1998).

Em nossas pesquisas, que tematizam acerca da diferença e cultura na prática curricular (Frangella 2006; Barreiros, 2009; Macedo, 2007, 2006), temos assumido a defesa da cultura como enunciação. Ao argumentamos que cultura é uma prática discursiva e de enunciação, entendemos o ato de enunciar como sendo mais que a fala de alguém, mas como espaço de elaboração de sentidos que ocorre em meio às relações estabelecidas entre os sujeitos nas práticas de significações.

Compreender a cultura como enunciação é considerar que os sujeitos e os significados das práticas são elaborados na medida em que são mencionados, posicionados e representados

---

<sup>1</sup> Texto produzido no contexto da pesquisa “Currículo, cultura e diferença: o caso da Multieducação com ênfase nas Ciências (2008 a 2011) coordenada pela professora Elizabeth Macedo no grupo de Pesquisa “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”. Participam também do grupo Bonnie Axer (bolsista apoio técnico), Bianca da Silva Brito e Cláudia Almeida Ferreira, Juliana da Silva Ignácio ( bolsista IC) Cassandra Pontes, Albertino Africano Mendes Rodrigues, Maria Cecília Sousa de Castro (mestrandos) , Aura Helena Ramos, Denise Braga (doutorandas) , Flávia Monteiro de Barros Araújo ( pós-doutorado ) As autoras desse texto são pesquisadoras do grupo. A pesquisa conta com financiamento FAPERJ, CNPq e UERJ.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de pós-doutorado (Capes/FAPERJ) no Proped/UERJ.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap/UERJ.

discursivamente. Nesse sentido, assumir a cultura como ato de enunciação é abalar a concepção do cultural como tradição reificada, sistema estável, modelo fixo, mas consiste em desestabilizá-la, num campo de ampla produção de sentidos, cujos significados culturais não são unitários e homogêneos.

O currículo, como ato de enunciar, envolve significados construídos na relação da tradição com as novas ações discursivas presentes nos múltiplos contextos, criando assim um caráter ininterrupto. Assumir a ininterruptividade da prática curricular é assumi-la como produção cultural, é evitar a dicotomia da tradicional separação de currículo como processo de elaboração e de implementação, como se tais processos não fossem constituídos e constituidores da prática curricular. Ou, como assegura Macedo (2006), é pensar o currículo como uma tarefa política, como uma prática que envolve momentos enunciatórios, vários sujeitos, díspares interesses e múltiplas relações de força.

Nessa acepção, a aproximação da cultura, assim como do currículo, às questões de linguagem revela operações que se dão na elaboração de significados e relações, um espaço político marcado pela contingência e luta hegemônica. A dimensão discursiva nos permite a compreensão da cultura como terreno de lutas políticas que exigem articulação e negociação, numa disputa onde o que identificamos como construção cultural são fechamentos provisórios de fluxos culturais disjuntivos (Appadurai, 2004), o que evidencia o caráter flutuante da significação. Assim, pensamos a instabilidade e fluidez das construções culturais como indecibilidade (Laclau, 1998) que se dá num contexto político onde não há uma lógica endógena ou originária, mas se constitui e se movimenta nos atos de poder – sempre parciais – que instituem a política.

Partindo da premissa de que o ato de enunciação é sempre um ato social, podemos dizer que há sempre a necessidade de um interlocutor ao qual se refere o discurso; um alguém para quem se fala, cujas intencionalidades e práticas discursivas buscam atribuir sentido, mas que nunca podem garantir a obtenção do mesmo significado, principalmente porque enunciar, segundo Lacan (1986) implica ver além da palavra.

[...] uma palavra se situa antes de tudo. A palavra é essencialmente um meio de ser reconhecido. Ela está aí antes de qualquer coisa que haja atrás. E, por isso, é ambivalente e absolutamente insondável. O que ela diz, será verdade? Será que não é verdade? É uma miragem. É essa primeira miragem que lhes assegura que está no domínio da palavra. [...] A palavra institui-se como tal na estrutura do mundo semântico que é o da linguagem. A palavra não tem um único sentido, o termo, um único emprego. Toda palavra tem sempre um mais-além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, e, atrás do que quer dizer, há ainda um outro querer-dizer, e nada será nunca esgotado (p. 273-275).

As palavras de Lacan nos alertam para a questão do intraduzível, que Bhabha (1998) apresenta como uma temporalidade de produção discursiva, de uma falha na transferência de sentidos, construção que borra a perspectiva que impele em direção ao outro. Trata-se de uma dupla inscrição, em que contradições e conflitos inscrevem-se e escrevem o processo de tradução para além do sectarismo. Não se trata mais de um ou de outro, mas de rearticulação de elementos, algo a mais que contesta o território de ambos, hibridiza numa presença sempre parcial, nem aqui nem lá – o entre-lugar – como espaço de produção, para além das polaridades, outros de si mesmo.

### ***Discurso e hegemonia: jogos de linguagem e formação contingente...***

Em diálogo com Laclau e Mouffe (1998) concebemos a dimensão discursiva como prática social. Laclau (2000) afasta-se de uma concepção representacional do discurso, ao entendê-lo não apenas como ato mental, mas como articulação de significados e ações, o que o faz ser entendido como prática. A noção de prática discursiva é central nessa perspectiva a partir da premissa que toda ação é significativa, só se dá na mediação do sentido. No dizer de Laclau (2000, p.195), “o caráter primário e constitutivo do discurso é, por conseguinte, condição de toda prática (...) implica afirmar o caráter discursivo de toda objetividade”. Sem dúvida, a proposição feita gera dúvidas e questionamentos sobre as relações entre o linguístico e o extralinguístico, entre o real e o discursivo, o que Laclau (2000) explica:

Se o real fosse transparente ao conceito não haveria possibilidade de distinguir entre a objetividade do conceitual e a objetividade do real e o discursivo seria forma neutra de apresentação dessa objetividade à consciência. Mas se a objetividade é discursiva, se um objeto se constitui como objeto de discurso, nesse caso haverá sempre um exterior, uma margem inapreensível que limita e distorce o objetivo e que é, precisamente, o real (p.195)

Para Mendonça (2008), não significa que a existência material dependa do discursivo, mas que a significação do real está para além da mera existência (Mendonça, 2008), trata-se de processo de significação contingente, uma articulação discursiva em meio a relações sociais que também não são compreendidas como condição apriorística, mas se constituem nos movimentos discursivos, se posicionam na tomada de decisão, ou na sua impossibilidade como fechamento absoluto – gerando assim o caráter contingencial e provisório que concebemos como prática social.

Vale ressaltar que, assim como Laclau e Mouffe (1998), não fazemos distinção entre práticas discursivas e não discursivas, nem entre discurso e texto. A justificativa está centrada em duas questões:

a) que todo o objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; b) que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos lingüísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas (p. 107)

Sob este enfoque, a noção de discurso nos mostra que não podemos considerar identidades e movimentos discursivos como elementos fechados e determinados, mas sim como campos de significação, que segundo Laclau e Mouffe (1998) pressupõe três noções fundamentais: a de elemento, a de momento e a de prática articulatória.

Em outras palavras, a prática articulatória, por sua vez, ocorre a partir da articulação de elementos que estão submersos numa lógica complexa (lógica da diferença) e que se encontram separados em relação aos demais pelo campo da discursividade; ao agregar os elementos, a prática articulatória os transforma em momentos (elementos equivalentes), que ao assumirem tal condição tornam-se um momento diferencial, deixando então o seu status de elemento; é na articulação dos momentos diferenciais (pontos nodais) que ocorrem as modificações das identidades dos sujeitos, que passam por uma alteração das condições particulares anteriores (MENDONÇA, 2003).

Com base nos estudos de Laclau e Mouffe (1998), podemos assinalar que o campo da discursividade se dá via processo de mobilização social, que engloba duas lógicas: a da equivalência e a da diferença. A lógica da equivalência abarca o processo de identificação, que segundo os autores é algo construído na exterioridade – exterior constitutivo –, que pela equivalência anula ou redefine as diferenças para encontrar algo idêntico a todas elas. Uma espécie de fechamento momentâneo do sistema – cadeia de equivalência – cujos elementos diferenciais se articulam também de forma não diferencial (MACEDO, 2007). Dentro dessa construção, os posicionamentos diferenciados entre os sujeitos exigem uma equivalência a partir das posições e dos contextos próprios dos atores envolvidos, mas que muitas vezes simplificam o espaço político em campos antagônicos e inconciliáveis (BURITY, s/d).

A lógica da diferença se pauta na premissa que o fechamento – totalidade discursiva – seria inviável, o que a torna um campo de significação fluido, ambíguo e temporário. Macedo (2007) ressalta que dentro do contexto social e discursivo, considerado uma estrutura aberta, indubitavelmente existirá alguma coisa que escape da lógica diferencial do discurso, sempre surgirão eventos que não podem ser simbolizados.

Nesse sentido, o exterior constitutivo, presente na lógica equivalência, torna-se, portanto “incomensurável com o interior e, ao mesmo tempo, [torna-se] condição para seu surgimento” (MOUFFE, 2003, p.29).

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (Laclau e Mouffe, 1998, p.113).

Assim, ao focar o campo da discursividade, Laclau nos permite compreender o discurso não como gerador da articulações políticas, mas antevê-la como efeito do discurso, considerando seu caráter constituinte nas identidades e relações sociais. Trata-se de conceber a política como discurso, o que nos orienta na análise de políticas curriculares como políticas-discursivas.

#### *Currículo como discurso – indecibilidade e luta política*

Ao considerarmos o currículo como produção cultural, estamos assumindo-o como texto coletivo, cuja escrita ocorre em diversos contextos institucionais, diferentes discursos e interesses, o que muitas vezes implica dificuldade do endereçamento, até porque, como salienta Derrida (2004), todo significado é diferido e, desse modo, não é possível falar em fixação de sentidos quando estamos dentro do campo da diferença. Entretanto, o risco de tornar-se inconciliável – diferença radical – faz do currículo uma arena muito mais complexa, principalmente porque dentro dessa lógica cair-se-ia no relativismo total, que pelo caráter demasiadamente aberto e ambíguo propiciaria sentidos múltiplos, assim como acenderia a multiplicidade dos endereçamentos propostos. Para Macedo (2007), precisamos evitar o risco do relativismo; para isso, destaca a necessidade de politizar os processos de significação. A autora se apropria do conceito de rasura de Derrida para destacar “como a fluidez é estancada quando a estrutura descentrada é momentaneamente fixada em torno de um centro provisório e um texto específico é construído” (p. 11). Em outras palavras, como os textos curriculares, por meio do contexto em que se apresentam e pelo processo de sobredeterminação, vão provisoriamente sendo fechados e constituindo certos modos de endereçamento.

Trabalhar com concepção que o discurso se constrói nas relações de poder, é reconhecer a existência das posições assimétricas no ato de enunciação. É assumir também que há outros espaços-tempos, interstícios, liminares e entre-lugares. O entre-lugar da enunciação é o que permite evitar os binarismos e as polaridades e constitui-se como o condutor incisivo da tradução e da negociação.

Ao abordar diferença cultural e tradução, Bhabha (1998) ainda propõe que a rearticulação de sentidos não se dá em termos de simples adição harmoniosa, mas que é produzida na interpelação pedagógica e performática. Assim, a tradução não pode ser total nem absoluta, ela sempre se confronta com o seu duplo, com o intraduzível, tensão que dá margem a incerteza perturbadora. Traduzir, nos dizeres de Derrida (2001a), é negociar, compartilhar, transitar e ocupar espaços de ambivalência. É nessa negociação e tradução que podemos caracterizar o currículo com entre-lugar.

A busca por operar com os aportes teóricos propostos por Laclau, mostra-se nos desafio na interrogação das políticas curriculares. Ao propor uma análise da política como linguagem, Laclau nos indica, a partir da sua concepção de discurso (e nos cruzamentos teóricos que permitem a formulação do pós-marxismo que defende), o caminho da teoria do discurso que busca, no deslocamento que faz do “lugar e peso da linguagem” interrogar as relações e transformações sociais, pondo sob análise objetos de clara implicação social e política. Como assegura Laclau (2000), a questão não é dizer quem é o agente da hegemonia, mas como alguém passa a ser um sujeito por meio da articulação hegemônica e é aos rastros dessas articulações que nos dedicamos na investigação de políticas curriculares.

#### Referências bibliográficas:

- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Teorema: Lisboa 2004.
- BARREIROS, Débora . **Todos iguais... Todos diferentes... Problematicando os discursos que constituem a prática curricular da secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro (SME/RJ)**. Rio de Janeiro: UERJ. Tese de doutorado, 2009.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BURITY, Joanildo. **Teoria do discurso e análise do discurso: sobre política e método**. Mimeo, s/d.
- DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- FRANGELLA, Rita de Cássia. **Na Procura de um Curso – Currículo-Formação de Professores/Educação Infantil: Identidade(S) em (Des)Construção**. Rio de Janeiro: UERJ. Tese de doutorado, 2006.
- HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e Mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Unesc, 2003.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LACLAU, Ernesto. Conferência de abertura. **Seminário Internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social**. 2005. Disponível em: [www.fundaj.gov.br/geral/inclusao/ernestolaclau.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/inclusao/ernestolaclau.pdf). Acesso em 10/05/2006.
- LACLAU, E. & MOUFFE, C.. **Hegemonia y estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2004.
- LACLAU, E. . **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- MACEDO, Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Anais da Reunião anual da ANPED. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Cd-rom

\_\_\_\_\_. Currículo: Política, Cultura e Poder. ***Currículo sem Fronteiras***, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/macedo.htm>. Acesso em: 10/06/2007

\_\_\_\_\_. Por uma política da diferença. ***Cadernos de Pesquisa***, v. 36, n. 128, p. 327-356, maio/ago. 2006

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea. ***Rev. Sociol. Polít.***, Curitiba, v. 20, p. 135-145, jun. 2003.

MOUFFE, Chantal. **La nueva lucha por el poder**. 2002. Disponível em: [http://www.politica.com.ar/Filosofia\\_politica/La\\_nueva\\_lucha\\_por\\_el\\_poder\\_Mouffe.htm](http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/La_nueva_lucha_por_el_poder_Mouffe.htm). Acesso em : 25/01/2007.

\_\_\_\_\_. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1992.

\_\_\_\_\_. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política, v. 1, n. 3, Florianópolis, UFSC, 2003.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Uma introdução. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.